

*Agendas
escondidas do
século XIX*



AGENDAS ESCONDIDAS DO SÉCULO XIX

RESUMO

O estudo dos movimentos populares no século XIX foi estruturado por determinadas idéias de mudança e progresso. As mais importantes foram, por um lado, a interpretação dos *Whigs* e, por outro, a interpretação marxista, que via na ação dos movimentos populares a derrocada do sistema de produção capitalista e a instalação de um sistema produtivo livre dos constrangimentos da luta de classes, dando início à verdadeira luta entre o homem e as forças da natureza. Autores que não necessariamente aceitaram qualquer das duas versões tenderam a julgar os movimentos populares de acordo com o grau com que contribuíram para essas duas interpretações fundamentais.

PALAVRAS-CHAVE

Marxismo; História social; Comunismo; Movimentos sociais

*A experiência contemporânea exige a constante revisão do nosso entendimento acerca do passado. Temos que entender o máximo possível sobre seu efeito imediato no nosso modo de pensar se quisermos entender seu efeito na nossa visão do passado.*³

É um truísmo dizer que a maior parte da pesquisa dos historiadores no passado é alimentada por suas preocupações contemporâneas. O colapso das economias planificadas na Europa do Leste, os conflitos em países pós-coloniais e imperiais e as limitações dos ganhos sociais e legais obtidos pelos modernos movimentos de mulheres afetaram seriamente a maneira pela qual examinamos tanto a história social da nossa própria nação quanto a de outras, assim como o nosso gênero e os dos outros. Triunfalismos de vários tipos estão no ar, o marxismo está morto, classe virou uma categoria fora de moda, anúncios da morte da família burguesa têm sido grosseiramente exagerados.

Há um inventário em curso entre os historiadores; um de seus componentes é a revisão dos marcos teóricos que informaram grande parte da história social mais recente. Quero examinar, brevemente, algumas dessas reconsiderações naquilo que elas afetam o trabalho histórico do período que mais me interessou nos meus 40 anos de historiadora, isto é, a história da política popular e das mulheres no século XIX, particularmente nos seus anos iniciais.

¹ Dorothy Thompson é membro da Royal Historical Society. Lecionou História Moderna Britânica na Universidade de Birmingham entre 1968 e 1988 e foi eleita para uma cadeira no Instituto para Pesquisa Avançada em Artes e Ciências Sociais, onde se aposentou.

² THOMPSON, D. Nineteenth century hidden agendas. In: RYAN, A. *After the end of history*. London: Collins & Brown Limited, 1992. p. 47-52. Tradução do original.

³ Destaque da autora.

Nestes campos, muitas das formulações marxistas e *marxisants*⁴ que pareciam ter, sistematicamente, subestimado e marginalizado motivações tangenciais tais como lealdades étnicas, nacionais, religiosas, lingüísticas ou de gênero, acabaram perdendo o eixo e, tal qual as certezas iniciais do iluminismo racional, foram totalmente abandonadas. Porém, o que as substituiu? Estarão agora os historiadores destes campos à deriva num navio errante, estarão retornando a velhos marcos teóricos, ou será que ainda conservam muitos dos pressupostos dos trabalhos anteriores, enquanto evitam seu vocabulário (agora suspeito?)⁵

A história das mulheres, a história do trabalho e a história das pessoas comuns tendiam a estar contidas numa determinada base teórica, dentre as muitas outras disponíveis. Uma delas é o conjunto das formulações associadas ao marxismo. Afirmando a primazia dos processos econômicos e produtivos, Marx superou os grandes problemas envolvidos na falácia racional do pensamento de Paine e Godwin. Ao discernir classes sociais e econômicas cuja unidade de interesse reside numa relação comum com os meios de produção e, portanto, numa preocupação comum com a vitória dos mais produtivos sobre as forças inibidoras e defasadas, ele propôs um conceito de auto-interesse ilustrado que se baseava no reconhecimento de vantagens materiais mútuas entre amplos grupos, e não numa avaliação lógica ou no interesse moral de grupos ou indivíduos específicos.

Se os tradicionalistas viram no progresso a estabilização da sociedade sob uma autoridade moral e benigna, Marx sugeriu uma estabilização futura na qual o conflito social seria eliminado e os recursos mundiais poderiam ser explorados por sociedades e sistemas econômicos motivados por necessidades compartilhadas e não pela ganância individual. Se Sir Thomas More escreveu sua *Utopia* para criticar a ganância e a imoralidade — e para exortar seus companheiros a observarem os valores de uma sociedade

⁴ Segundo Dorothy Thompson, o termo francês *marxisant* serve para designar um especialista que trabalha no interior da tradição marxista mas que não fundamenta toda sua especialidade nos trabalhos de Marx. (N. Trad.)

⁵ Ver THOMPSON, D. The languages of class. *Bulletin of the Society for the Study of Labour History*, Leeds (Grã-Bretanha), v. 52, n. 1, p. 54-57, 1987. Part 1. Ao leitor que deseja prosseguir conhecendo Dorothy Thompson, ver: THOMPSON, D. The personal and the political. *New Left Review*, London, n. 200, p. 87-100, 1993. [Entrevista a Sheila Rowbotham.] (N. Trad.)

tradicional —, as utopias de fins do século XIX e do século XX, de Bellamy e Morris em diante, em alguma medida foram programas para uma sociedade alcançável. Esta dicotomia entre visões de mundo que olham para trás e que olham para frente espreita a história social mais moderna, até mesmo entre aqueles escritores que abandonaram a idéia de classe como o motor da mudança social. Nesta linha de pensamento, um segundo grupo de interpretações está associado de muitas maneiras à teoria da modernização. Os historiadores marxistas não são, de modo algum, ingênuos em relação a uma teleologia na qual a modernização, encarnada pela sociedade urbana-industrial, é vista como o ponto alto (embora também haja muitas versões não-marxistas). Um terceiro conjunto de interpretações é uma certa forma de história feminista que vê o presente como testemunha da emergência gradual das mulheres de séculos de escuridão e opressão.

Hoje, muitos historiadores estão descartando totalmente as velhas bases, assim como a linguagem e os conceitos que as informaram. No entanto, desses métodos anteriores, costumam carregar consigo mais do que admitem. Há um ou dois anos atrás, por exemplo, antes da dramática derrocada da certeza no conhecimento acadêmico oficial da União Soviética e da Europa do Leste, um amigo que fazia uma apresentação numa conferência de historiadores em Moscou foi puxado de lado por um destacado historiador e informado que os historiadores soviéticos já não mais empregavam o conceito de classe. Nisso eles estavam acompanhados por muitos historiadores sociais da Grã-Bretanha e dos EUA, alguns dos quais, como Norman McCord e David Cannadine, rejeitaram o conceito de classe totalmente; outros, especialmente F. M. L. Thompson, o empregam, mas atribuem maior importância a outras divisões sociais do século XIX.⁶ Nenhum historiador do começo do século XIX pode evitar esta palavra, já que ela é encontrada em todas as fontes do período. Uma definição simplista pode removê-la do diálogo histórico, mas não da história. Por exemplo, em verborrágico ataque ao uso do

⁶ Cf. McCORD, N. Adding a touch of class. *History*, London, v. 780, n. 70, p. 410-419, 1985; CANNADINE, D. *New York Review of Books*, New York City, v. 38, n. 19, 21 nov. 1991; THOMPSON, F. M. L. *The rise of respectable society: a social history of the Victorian Britain, 1830-1900*. London: Fontana, 1988.

conceito de classe por parte de historiadores do trabalho, o professor McCord me deu um puxão de orelhas quando sugeri que a definição do limite mínimo do voto parlamentar de 10 libras por proprietário, em 1832, foi deliberadamente pensado para incluir as classes médias e excluir as classes trabalhadoras. Ele assinalou que diferenças nos valores das propriedades significavam que, em algumas partes do país, o direito de voto se difundiu entre as classes trabalhadoras. Porém, na verdade, uma contribuição crucial para a forte retórica e o sentido de classe dos movimentos radical e cartista do pós-1832 foi, precisamente, o debate sobre esse limite de 10 libras, abertamente entendido como um meio de excluir os mecânicos e aqueles abaixo deles. O fato de que alguns trabalhadores acidentalmente adquiriam o direito ao voto caso se mudassem de uma casa que valia 9.19s.6d. para uma de 10 libras aumentava o reconhecimento de que os direitos políticos estavam baseados na propriedade. Tal como o debate sobre as causas da pobreza que precedeu a Lei dos Pobres de 1834, a retórica de classe dos que a defendiam suscitava uma retórica de classe em resposta.

Há tempos está claro que uma definição estritamente marxista de classe não inclui todos aqueles que empregaram esta retórica. Gareth Stedman Jones sugeriu, como já fizera Max Hovell, que o uso da linguagem de classe pelos cartistas pode ser definido pelo seu senso de exclusão do processo político, e não pela percepção de serem explorados no ponto da produção. Isso bem pode requerer alguma redefinição por parte dos marxistas clássicos, mas as recentes lutas constitucionais na África do Sul, por exemplo, têm demonstrado o poder de uma legislação excludente para alimentar ressentimentos que podem incluir opressão racial e exploração econômica. Um movimento nacional — com um programa de reforma baseado numa retórica de classe ou de nação — pode manter mais fortemente sua unidade pelo senso de exclusão do que por outras formas de opressão que impulsionam diferentes setores. Contudo, o compartilhamento da exclusão não necessariamente funciona, em todas as situações, para se sobrepor a diferenças de classe identificadas entre os excluídos. A história do movimento pelo sufrágio das mulheres, por exemplo, mostra períodos em que lealdades de classe foram mais fortes que lealdades de gênero entre aquelas alijadas do processo político.

Marx e muitos marxistas podem ter se equivocado em universalizar classe como o instrumento principal da mudança social. Houve períodos em que as relações de classe foram aquelas

de negociação e de compromisso, ou em que interesses compartilhados levaram a alianças de classe, ou à concertação, em indústrias ou localidades. Mesmo assim, nenhum historiador do século XIX pode ignorar a importância da classe na formação da identidade ou no ordenamento das condutas e no discurso social e político.

Quando examinamos o vocabulário alternativo empregado por aqueles que rejeitaram o conceito de classe, não encontramos maior clareza. Divisões dentro de classes — entre desordeira e respeitável, por exemplo — podem ser importantes, e certamente são um corretivo necessário para a visão popular do café-concerto do século XIX como uma espécie de cultura da classe trabalhadora. Elas apontam para o enorme número de pessoas da classe trabalhadora, particularmente mulheres, que não só nunca sonharam em por os pés num cabaré, como o consideravam hostil aos seus valores culturais. A divisão entre bar e Igreja não era uma peculiaridade galesa neste período. No entanto, não é possível ver uma comunidade de interesse entre os “respeitáveis” em todas as classes, sobreposta às solidariedades de comércio, vizinhança, educação e renda. Tampouco é comum encontrar lealdades de gênero que se sobreponham às divisões de classe. Mulheres de classe trabalhadora eram freqüentemente mais distanciadas pelo clientelismo de mulheres de classe média e alta que seus maridos, já que estavam na linha de fogo das formas de supervisão — caritativas, entre outras — exercidas por essas senhoras. Se lealdades de outro grupo pudessem por vezes ser tão ou mais poderosas que aquelas de classe, o abandono de classe como um elemento importante da interação social deixa espaços vazios que ainda não foram preenchidos.

Os historiadores, assim como os outros, inventam e adaptam palavras. Patriarcado, por exemplo, foi redefinido por historiadoras feministas para significar dominação masculina — o que nos deixou sem uma palavra para patriarcado. Uma demanda em alguma medida similar parece estar sendo feita para o termo populismo. Este parece estar sendo tomado à maneira do termo o povo no início do radicalismo — um grupo amplo compartilhando valores e atitudes, mas sem estar claramente definido em termos econômicos ou sociais. Trata-se de uma palavra que tem uma história específica na Rússia e nos EUA, cunhada para descrever movimentos, ou puramente agrários, ou com um elemento agrário considerável, dirigidos contra o poder da grande propriedade e/ou do dinheiro. Em seu prefácio à clássica

interpretação do populismo estadunidense, Lawrence Goodwyn⁷ descreveu os populistas:

Eles não eram reformadores capitalistas, tal como entendemos a expressão na linguagem política moderna; eles tampouco eram socialistas. Embora seu movimento de massas literalmente nasceu da sua crença no poder do homem como um ser cooperativo, eles também aceitavam o homem como um ser competitivo.

Goodwyn identificou níveis de democracia mais altos naquele movimento do que os que sobreviveram na América contemporânea. Certamente é possível ver elementos do mesmo espírito na política popular inglesa e irlandesa durante o período cartista, mas ele está carregado de tons especificamente agrários e com certeza não pode ser usado para descrever uma consciência plebéia ou plebéia-pequeno-burguesa generalizada. Classe continua sendo um termo mais claro.

O reconhecimento de forças de classe na sociedade, no entanto, não implica aceitar a teleologia do marxismo clássico que vê a derrocada do capitalismo como o papel histórico da classe trabalhadora. Nesse tocante, a história da Europa do Leste mostrou as limitações da filosofia do progresso que via na abolição da propriedade privada e do afã de lucro o solvente dos conflitos sociais. Mesmo uma análise mais sensível de classe no século XIX pode trazer consigo uma agenda implícita de ação de classe e gênero.

Em seu interessante estudo da política de Bradford durante o período cartista, Theodore Koditschek⁸ realiza um heróico esforço de delinear as ações, instituições e crenças das diferentes classes na cidade. Embora seu uso do termo seja basicamente o de Marx, ele mostra, através de uma atenção detida a registros de escrita, discurso e ação, os vários estratos diferentes dentro da definição ampla de classe. Porém, ele revela sua própria teleologia ao analisar as mulheres da classe trabalhadora e do movimento cooperativo. Embora ativas no movimento cartista, as mulheres são vistas

⁷ GOODWYN, L. *Democratic promise: the populist movement in America*. New York: Oxford University Press, 1978.

⁸ KODITSCHKEK, T. *Class formation and urban industrial society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

agindo como consumidoras, não como produtoras, e contribuindo para o movimento não ao elevar sua consciência de gênero, mas aafiando seu foco de classe. Implicitamente, ele as critica por exigirem que o salário de um homem pudesse sustentar sua família e, assim, por endossarem uma ideologia patriarcal. Sua crítica é levantada de modo crescente, implícita e explicitamente, contra as mulheres que participaram em movimentos iniciais que não envolviam a agenda feminista. Ainda assim, no que se refere à afirmação de uma presença feminina e à sua exposição em tribunas e manifestações públicas, essas mulheres ofereceram mais desafios às suposições acerca do papel feminino do que as primeiras eleitoras no século XX.

O colapso das economias planificadas, os problemas dos governos pós-coloniais e o ressurgimento de atraentes sentimentos nacionalistas e religiosos têm lançado muitas teleologias históricas em descrédito. O mundo pós-capitalista parece mais distante que nunca, assim como a igualdade política e econômica entre os sexos. No entanto, mesmo quando conscientes da natureza não-linear dos movimentos de mudança, os historiadores mantêm um vocabulário que implica uma agenda onde a noção de progresso continua presente. Harold Perkin mostrou recentemente que quando Gertrude Himmelfarb escreveu uma interpretação da filantropia do fim do período vitoriano para contrapor-se a uma interpretação fabiana do crescimento do coletivismo e do Estado do Bem-Estar Social, terminou informada pela agenda escondida da direita americana triunfalista.⁹ De um jeito ou de outro, acaba-se celebrando o poder das forças do livre mercado sobre abordagens coletivistas e intervencionistas dos serviços públicos. O triunfalismo dos Estados Unidos — numa sociedade em que metade da população não participa do processo político e em que as taxas de mortalidade de recém-nascidos no país mais rico do mundo estão no nível de muitos dos países mais pobres do mundo — lembra alguns dos argumentos sobre a reforma da Lei dos Pobres no começo do século XIX. Como assinalou um clérigo da Igreja da Inglaterra, a lógica de deter a pobreza recusando assistência era convincente, mas envolveria permitir que famílias morressem nas

⁹ PERKIN, H. *Times Literary Supplement*, 22 nov. 1991; HIMMELFARB, G., *Poverty and compassion: the moral imagination of the late victorians*. New York: Knopf, 1991

ruas para demonstrar sua eficácia, e sentimentos cristãos teriam que intervir para impedir isso.

Já foi dito que toda a filosofia ocidental é uma série de notas de rodapé a Platão. No fundo das várias abordagens e agendas trazidas pelos historiadores para seus campos de estudo, talvez encontremos o conceito platônico de sociedade ideal, que poderia ser alcançada se ao menos as regras que governam a organização social pudessem ser descobertas. Tanto o perfeccionismo, no qual o ideal precede o real, e finalmente é atingível — neste mundo ou no próximo —, como o desenvolvimentismo, no qual toda mudança, tal qual a de um organismo, é um progresso no sentido da maturidade, produzem modelos teóricos que informam nossa abordagem do passado. A experiência contemporânea exige a constante revisão do nosso entendimento acerca do passado e nós temos que entender o máximo possível sobre seu efeito imediato no nosso modo de pensar se quisermos entender seu efeito na nossa visão do passado.

Tradução Cristiana Schettini Pereira

Revisão técnica da tradução Antonio Luigi Negro

NINETEENTH CENTURY HIDDEN AGENDAS

ABSTRACT

The study of popular movements in the nineteenth century has been structured by certain ideas of change and of progress. The most important of these have been the whig interpretation which saw the development of British-style parliamentary documentary as the goal of popular movements and the marxist interpretation which saw the goal as the overthrow of the capitalist system of production and the installation of a productive system free of the constraints of the class struggle and the beginning of the real struggle between man and the forces of nature. Writers who did not necessarily openly accept either version have tended to judge popular movements by the degree to which they contributed to these fundamental interpretations.

KEYWORDS

Marxism; Social History; Communism; Social movements



FRANCORLI, [Francisco Correia Lima], xilogravura. Exposição Mundos do Trabalho. Acervo do Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará (MAUC), Fortaleza, CE, 2002.